



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

A Câmara Técnica não é deliberativa. Os itens aqui discutidos e pactuados serão avaliados na reunião da CIB e poderão ser alterados.

ATA DA REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE GESTÃO

LOCAL: Presencial e Virtual

DATA: 16 de agosto de 2023

HORÁRIO: 9h30min

PRESENTES À REUNIÃO/Virtual

SES: Diogo Demarchi (Secretário Adjunto de Estado da Saúde), Lourdes de Costa Remor (CIB), Grace Ella Berenhauer (GERAM), Hanna Barcelos (GECOS), Helma Finta Uba (GEPRO), Marcus Aurélio Guckert (GEARS), Norivaldo de Freitas Sobrinho (GMAPS), Cláudia Gonsalves SUR), Roberto Benedetti (SUH), Arion Godoi (GABS), Sabrina Vieira da Luz (SUR), Janize Luzia Biella (DAPS), Chelli Van (DAPS), Fernanda Berretta (DAPS), Fabiana Almeida (Joinville), Arion Godoi (Gabinete do Secretário).

COSEMS: Fábio de Souza (Cosems), Edson Luiz Medeiros (SMS de Fraiburgo), Uiara Rautenberg Silva (SMS Blumenau), Jardel Magagnin, Dione Lúcia Laurindo e Caroline Rueler (SMS de São José), Claiton Camargo de Souza (SMS de Lages), Elizabeth Bachmann e Fabiana Conrado (Jaraguá do Sul), Daiane Biff (Araranguá).

COORDENAÇÃO DA REUNIÃO: DIOGO DEMARCHI

PAUTA

- 1 – Metodologia para Encontro de Contas das Cirurgias Eletivas, CIB nº 70/2023 (Cosems e SES);
- 2 – Retorno da Deliberação CIB nº 146/2020 – Mutirão Saúde Auditiva (Cosems);
- 3 - Portaria Ministerial nº 1.001/23 - Teto MAC (Cosems);
- 4 – Solicitações de Teto MAC pelos municípios ao Ministério da Saúde (Cosems);
- 5 - PPI - Necessidades, oferta e pactuação ambulatorial (Cosems);
6. Encontro de contas das Altas Complexidades;
7. Pagamento de OPME/Del.105 retificada em 2023: padronizado no estado;
8. Pagamento das Cirurgias Eletivas;
9. Linha de cuidado de sobrepeso e obesidade (DAPS)

1.METODOLOGIA PARA ENCONTRO DE CONTAS DAS CIRURGIAS ELETIVAS- CIB/70/2023.

Fábio de Souza (Assessor Cosems) coloca o item e cita que é necessário definir os critérios de ressarcimento para o encontro de contas das cirurgias eletivas com a inclusão da oftalmologia ambulatorial na Deliberação 70/2023. Acredita que poderá apresentar os critérios nas próximas semanas. Helma Finta Uba, Gerente de Processamento, cita que os técnicos da SES contatarão o Cosems para alinhar esses critérios, até para não atrasar os pagamentos, sendo que o primeiro critério é a PPI. Coloca que estão revisando o Plano da Campanha Federal das Cirurgias Eletivas e, talvez, incluam os procedimentos oftalmológicos



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE

48 ambulatoriais na Campanha Federal. Diogo Demarchi, Secretário de Estado da
49 Saúde, lembra o pagamento pendente das cirurgias eletivas do período de
50 outubro de 2021 a dezembro de 2022 feito por esta gestão e que o objetivo é
51 regularizar os pagamentos. Cita que concorda que se deva dar o máximo de
52 publicidade a todos os serviços e pagamentos, mas, pensa que não é muito
53 adequado publicar planilha no site. Informa que a Secretária de Estado da Saúde
54 solicitou a publicação de Deliberação no DOE. Cita que o valor do recurso federal
55 para as cirurgias eletivas foi repassado o equivalente a 1/3 do total que seria R\$
56 20.000.000,00 e SC já produziu aproximadamente R\$ 16.000.000,00. Fábio de
57 Souza sugere fazer uma Nota Informativa sobre os procedimentos oftalmológicos
58 para ser anexada à Deliberação 70/2023. Alguns hospitais deixam de receber por
59 falta de apresentação dos procedimentos. Roberto Benedetti, Superintendente
60 dos Hospitais, cita que é extremamente importante que os hospitais filantrópicos
61 estejam com os dados alimentados para que não fiquem sem pagamento o que
62 criaria problemas. Diogo Demarchi solicita a Helma Finta Uba que encaminhe ao
63 cosems o relatório com os municípios que não enviaram o banco de dados para
64 que sejam orientados e solicitados. Diogo Demarchi sugere levar para a CIB a
65 metodologia até como informe. Edson Medeiros, Secretário Municipal de Saúde
66 de Fraiburgo, cita que a metodologia para o encontro de contas das cirurgias
67 eletivas já foi discutida em reunião prévia da CIB e acordado que seria definida
68 em Câmara Técnica e concorda que seja levada à CIB como informe. Blumenau,
69 por meio de Uira Silva, apresentou alguns questionamentos e Diogo refere que a
70 SES dará retorno.

71 **Encaminhamentos:** SES e Cosems deverão definir os critérios de ressarcimento,
72 ou seja, a metodologia do encontro de contas das cirurgias eletivas com urgência.

73

74 **2. RETORNO DA DELIBERAÇÃO CIB Nº 146/2020 – MUTIRÃO SAÚDE AUDITIVA**

75 Pauta solicitada pelo Cosems por demanda dos municípios. Fábio de Souza
76 contextualiza sobre o mutirão que houve em 2020 e que os municípios alegam
77 aumento da demanda em saúde auditiva e, portanto, estão solicitando o retorno
78 da Deliberação 146/2020, pois o valor da época não cobre mais os custos. Cita
79 que sabe que o recurso da saúde auditiva é 100% estadual, mas, solicitam que
80 retorne a Deliberação 146/2020 ou que sejam custeados mais procedimentos ou
81 mais serviços em saúde auditiva. Coloca que a SES se comprometeu a pagar
82 todos os procedimentos oftalmológicos, poderia ver o recurso para o mutirão de
83 saúde auditiva, realocando na SES o recurso que está nos municípios no valor de
84 R\$ 2.500.000,00 para a oftalmologia. Cláudia Gonsalves, Superintendente de
85 Regulação, lembra o mutirão que era mutirão de próteses auditivas. Sabrina Luz
86 (SUR) apresenta a produção do mutirão e o cenário atual em saúde auditiva em
87 SC. Esclarece que foi feita uma análise de todos os municípios e filas e que há
88 entrada de pacientes todo o mês nas filas. Atualmente, há 13.000 pacientes na
89 fila em saúde auditiva. Diogo Demarchi lembra que o recurso utilizado no mutirão
90 foi um recurso não utilizado no período pandêmico em outros procedimentos.
91 Mostra que o Gabinete já elaborou um documento a ser levado ao Ministério da
92 Saúde, solicitando recurso para saúde auditiva. Esclarece que não é suficiente o
93 recurso para a protetização, pois é necessário o tratamento e o
94 acompanhamento, sendo necessário um planejamento para o conjunto de
95 procedimentos e não somente para os aparelhos. Fábio de Souza cita que



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE

96 concorda com a solicitação de recurso no MS, mas que deveria ser feito um
97 estudo do impacto financeiro para a realização do mutirão. Sabrina Luz coloca
98 que já realizaram o estudo financeiro também. Cláudia Gonsalves cita que, além
99 do estudo apresentado aqui e o que foi visto nos municípios, foram constatados
100 poucos pacientes classificados como azul, mas que esses não podem ser
101 deixados de lado. Que hoje foi trazido um diagnóstico sobre a saúde auditiva,
102 portanto, a solicitação de recurso ao MS, pois o objetivo não é somente o mutirão.
103 Cita que ficou claro o cenário. Diogo Demarchi coloca que a discussão passa pelo
104 gabinete e pelo orçamento. Claiton Camargo, Secretário Municipal de Lages,
105 informa que em sua Região são atendidos poucos por mês enquanto a fila é
106 grande. Sabrina Luz coloca que há necessidade de atualizar a fila. Que já existe
107 até o estudo financeiro. Fábio de Souza coloca que o Cosems fará um
108 levantamento nas regiões para verificar o mutirão, se houve complementação.
109 Fábio cita que pode dar retorno à SES desse levantamento já na próxima
110 semana. Edson Medeiros menciona a importância de ser oferecida a Linha de
111 Cuidado e não somente parte da Linha de Cuidado.

112 **Encaminhamentos:** Trazer encaminhamento na próxima reunião.

113

114 **3.PORTARIA MINISTERIAL Nº 1.001/23 -TETO MAC.**

115 Fábio de Souza (Cosems) coloca, quanto a Portaria MS 1001/2023 que repassou
116 aproximadamente R\$ 10.000.000,00 ao Fundo Estadual de Saúde./SES/SC. A
117 Deliberação CIB/50/2023 solicitou do MS R\$ 50.000.000,00 ao MS para
118 recomposição de teto do estado. Fábio de Souza refere que a recomposição de
119 teto pelo MS está sendo por via mais política do que técnica. Fábio de Souza
120 questiona se os R\$ 10 milhões recebidos pela SES será para cobrir déficit ou para
121 incorporar em alguma programação como a PPI. A segunda parte da Portaria
122 refere-se à oncologia que terá que ser revista na competência setembro de 2023.
123 Diogo Demarchi (Secretário Adjunto de Estado da Saúde) coloca que os 10
124 milhões recebidos do MS não contempla o que foi solicitado pela SES ao MS. Cita
125 que Santa Catarina possui o menor per capita do país para a saúde e que, o
126 último movimento que houve por parte do MS foi a abertura na PEC da transição
127 para solicitação de recurso para a recomposição do teto MAC, pelo estado e
128 municípios. Diogo cita ainda, que o MS está tratando no varejo as solicitações que
129 chegam até Ele o que fez SC também pleitear. A página do MS mostra as
130 orientações para a solicitação de recomposição do teto MAC. Os estados e
131 municípios estão livres para solicitar o incremento de teto MAC. A orientação do
132 MS é que o ente que esteja com estouro de teto deve solicitar o recurso. Santa
133 Catarina, segundo Diogo, há 20 municípios com os maiores déficits e que
134 deveriam estar deliberados para receberem o recurso. Ressalta que a Portaria
135 MS 1001/2023 é destinada à recomposição de teto, mas não está impedida a
136 discussão sobre a alocação do recurso. A Secretária de Estado da Saúde,
137 Carmen Zanotto, chega à reunião neste momento e solicita à SES e Cosems,
138 uma força tarefa para encaminhamento de todas as habilitações. Coloca que em
139 2024, o impacto será sobre o que estiver habilitado. É necessário que os
140 municípios revisem tudo o que possuem para habilitação, desde equipes de
141 saúde da família, saúde bucal e outros. Fábio de Souza solicita que formalizem
142 essa solicitação o mais rápido possível. Depois, se pense em programação.
143 Pensa que não se deve deixar para cada município solicitar individualmente.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE

144 Fábio apresenta a planilha construída para a solicitação da recomposição de tetos
145 ao MS. Daiane Biff (Araranguá) questiona sobre a produção dos consórcios que
146 impactam na série histórica. Diogo esclarece que os consórcios compram
147 serviços e não produzem. Registro da produção do consórcio é no SUS pelo
148 município sede com um CNES.

149 **Encaminhamentos:** será feita Deliberação individual, para cada município. O
150 Cosems fará o ofício com a produção e encaminhará para os municípios e os
151 municípios solicitarão ao Cosems que encaminhará cada município à CIB.

152

153 **4.PPI. NECESSIDADES, OFERTA E PACTUAÇÃO AMBULATORIAL.**

154 Fábio de Souza cita que há uma proposta de atualização da PPI Ambulatorial. Que deveria
155 ter recurso novo para a atualização. Apresenta uma planilha com a produção atual
156 comparada com a produção de 2019. Constatou que há 40% de despectuação. Fábio traz
157 como alerta que os municípios respondam as respostas do questionário encaminhado pelo
158 Cosems. Informa que o total de municípios que respondeu soma 36% o que não dá para
159 concluir. É uma questão de prestação de contas dos municípios. Diogo Demarchi solicita
160 que o Cosems lhe encaminhe a planilha para conhecimento.

161

162 **5. ENCONTRO DE CONTAS DAS ALTAS COMPLEXIDADES.**

163 Norivaldo Freitas (GEPRO) apresenta o encontro de contas das altas complexidades
164 (neurologia, cardiologia, oncologia e ortopedia) competência maio de 2023. Esclarece que
165 os termos da cardiologia estão sendo atualizados. Na cardiologia há mais sobra de teto.
166 Lembra que na neurologia foram descontadas a produção que já consta na oncologia.
167 Mostra o resumo geral, sendo o extrapolamento de R\$ - R\$ 2.315.146,32. Sobras de teto:
168 R\$ 936.555,29. Remanejamento estadual: R\$ 1.378.591,03.

169 **Encaminhamentos:** o encontro de contas vai para apreciação na CIB. A cardiologia segue
170 nova discussão. Revogada a Portaria MS 393.

171

172 **6. PAGAMENTO DE OPME/DEL.105 RETIFICADA EM 2023: PADRONIZADAS NO ESTADO.**

173 Helma Finta Uba, Gerente de Processamento, informa os municípios que estão sendo
174 pagos, que a autorização já foi encaminhada para o financeiro. Que essa pauta será rotina.
175 Que foi publicada a Portaria SES 699/2023 com os pagamentos das OPMEs. Hanna
176 Barcelos (diretora da DLIC) esclarece que a partir de maio de 2023, os pagamentos dos
177 hospitais estão no site, separados pelo CNPJ, ficando mais claro para os gestores e
178 prestadores. Fábio de Souza, quanto às cirurgias eletivas, o período de outubro de 2021 a
179 dezembro de 2022 está liquidado, concluído, pago. Cláudia Gonsalves esclarece sobre o
180 fluxo da solicitação para o pagamento das OPMEs que estão fora da tabela SIGTAP e que
181 estão no rol da SES. O auditor devolve o parecer à regulação e a regulação encaminha a
182 autorização para o hospital que realizará a cirurgia. Uiara Silva (Blumenau) que questionou
183 sobre o fluxo deverá cobrar da regulação macrorregional. Claiton Camargo, Secretário
184 Municipal de Saúde de Lages, coloca que nem todas as macrorregiões funcionam
185 igualmente, ou melhor, possuem falhas na comunicação. Cláudia refere que solicitará á
186 central de regulação que encaminhe novamente a Deliberação 105/2023 para os hospitais
187 para que todos fiquem conhecendo o fluxo.

188

189 **7. PAGAMENTO DAS CIRURGIAS ELETIVAS.**

190 Helma Finta Uba, Gerente de Processamento, trouxe as portarias referentes aos
191 pagamentos das cirurgias eletivas. Que já foram pagas até maio de 2023. Abril foram pagas



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

192 em 20/07/2023 e maio, pagas no início de agosto, mas não foi publicada a portaria. As
193 cirurgias eletivas estão em dia com os pagamentos até a competência maio de 2023. Uiara
194 Silva coloca que as contas de Blumenau feitas por ela não batem com as da SES e
195 questiona se as cirurgias múltiplas consideram todas as cirurgias. Cláudia Gonsalves
196 esclarece que é considerado somente o código principal, que está na Deliberação 70/2023.

197

198 **8. LINHA DE CUIDADO DE SOBREPESO E OBESIDADE.**

199 Ângela Blatt Ortiga, Diretora da Atenção Primária à Saúde, trouxe a Linha de Cuidado de
200 Sobrepeso e Obesidade. Chelli Van (DAPS) apresenta a Linha de Cuidado. Cita que é o
201 retrato de Santa Catarina. Os dados são de 2019 a 2022 por faixa etária, preconizados pelo
202 SISVAN. Que hoje há 06 hospitais habilitados para cirurgia bariátrica no estado. Diogo
203 Demarchi sugere encaminhar a Linha de Cuidado para o Cosems avaliar e apresentar
204 sugestões se for o caso.

205 **Encaminhamentos:** Levar para apreciação na CIB.

206

207

208

LOURDES DE COSTA REMOR
Secretária da Comissão Intergestores Bipartite